



10° EBBC

Encontro Brasileiro de
Bibliometria e Cientometria



ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Caroline Maestri Nobre Albini

<https://orcid.org/0009-0002-5095-9327>
caroline.albini@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Mery Ellen Brandt de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0003-2558-8261>
mesbrandt@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

José Marcelo A. P. Cestari

<https://orcid.org/0000-0002-6422-1609>
cestari@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Diocsianne Correia de Moura

<https://orcid.org/0000-0003-0830-903X>
diocsianne.moura@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO:

Este estudo analisa a produção científica sobre a judicialização da saúde no período de 2010 a 2025, por meio de uma abordagem bibliométrica. Foram examinados padrões de autoria, dispersão dos periódicos e recorrência temática, com base nas leis clássicas da bibliometria. Os resultados indicam predominância de autores com baixa produtividade individual, concentração relativa da produção em poucos periódicos e centralidade de temas relacionados ao direito à saúde, ao sistema público de saúde e ao acesso a medicamentos, evidenciando o caráter interdisciplinar do campo.

Palavras-chave: Judicialização da saúde. Bibliometria. Lei de Lotka. Lei de Bradford. Lei de Zipf.

EIXO TEMÁTICO:

Produtividade e Colaboração Científica

MODALIDADE:

Resumo expandido

DOI: 10.22477/x.ebbc.971

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

ALBINI, Caroline Maestri Nobre; CESTARI, José Marcelo A. P.; OLIVEIRA, Mery Ellen Brandt de; MOURA, Diocsianne Correia de. Análise da produção científica sobre a judicialização da saúde. In: EBBC - Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria. 10. **Anais [...]**. Curitiba, 2026. DOI: 10.22477/x.ebbc.971. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/x.ebbc.971>.



1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (artigos 196 a 200) define saúde como direito fundamental e dever do Estado, garantindo acesso universal via Sistema Único de Saúde (SUS). Sua formulação flexível, permite adaptações para atender às necessidades da população. Com intuito de garantir o direito individual à saúde pelo SUS, cresce o número de cidadãos que recorrem ao Poder Judiciário (Anjos; Ribeiro; Moraes, 2021; Tavares *et al.*, 2021). Nesse contexto, este estudo busca analisar a produção científica brasileira sobre a judicialização da saúde a partir de uma abordagem bibliométrica, identificando sua evolução, padrões de publicação e principais tendências temáticas.

A partir da pesquisa bibliométrica exploratória, com análise quantitativa da produção científica em bases de dados bibliográficos, indexadores, referências e citações, busca-se identificar padrões temáticos, autores, periódicos e abordagens metodológicas predominantes relacionados à judicialização da saúde. Isso pode subsidiar o planejamento, a gestão do SUS e a formulação de políticas públicas mais informadas e eficazes (Gibbon, Neubert e Dias, 2025).

2 METODOLOGIA

Conduziu-se uma pesquisa bibliométrica de natureza descritiva exploratória com o propósito de analisar as características dos artigos que investigam a judicialização da saúde, com foco nos impactos e desafios que afetam o SUS. A abordagem quantitativa possibilitou a obtenção de indicadores relevantes relacionados à atividade acadêmica, com base em publicações e referências sobre um tópico

específico, neste caso, a área da saúde, em que a aplicação da bibliometria é considerada adequada (Araújo, 2006; Chueke e Amatucci, 2022).

A escolha da base *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) fundamentou-se em sua aderência aos objetivos da pesquisa e à amplitude dos resultados. Trata-se de uma iniciativa consolidada de acesso aberto na América Latina e Caribe, com disponibilização de textos integrais. A plataforma integra processos de publicação, indexação, disseminação e avaliação científica em ambiente digital. Assim, contribui para a visibilidade, interoperabilidade e análise bibliométrica da produção científica regional (Gibbon, Neubert e Dias, 2025).

No processo de busca na SciELO, foi utilizado o descritor advindo dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS), sob consulta, “judicialização da saúde” com o parâmetro padrão (todos os índices). Delimitou-se o período de 16 anos (de 2010 a 2025) e foram recuperados 192 documentos coletados no dia 09 de janeiro de 2026.

Os dados foram compilados em Excel®, com o intuito de permitir o registro e a conservação das informações de cada artigo e exportado em CSV sem qualquer tipo de tratamento. Foram registrados: código, título, autor (a), periódico, palavras-chave, ano e link de acesso de cada artigo.

Na seleção de critérios de aprimoramento da busca, eliminaram-se 76 documentos: 7 por serem de outros tipos de publicação (artigo de revisão, resenha de livro, artigo-comentário, carta, comunicação rápida, outros), 1 por se tratar de pesquisa de pré-publicação e 68 duplicados, os quais foram excluídos, resultando em um *corpus* de 116 documentos a serem analisados.

À luz do referencial bibliométrico, este estudo adota três leis clássicas, as quais

permitem descrever distintas dimensões da produção e da circulação do conhecimento científico. A Lei de Lotka, é frequentemente empregada para analisar a distribuição da produtividade entre os cientistas (Lotka, 1926). A Lei de Bradford, também chamada de Lei de Dispersão, investiga até que ponto os artigos de um tema científico específico são encontrados em periódicos destinados a outros temas (Bradford, 1934). Essa lei analisa a distribuição dos artigos em termos de variáveis de proximidade ou afastamento entre os assuntos, proporcionando informações sobre a concentração e disseminação do conhecimento científico em diferentes áreas (Araújo, 2006). Já a Lei de Zipf descreve a relação entre as palavras em um texto de extensão suficientemente grande e a ordem de sua frequência (contagem de palavras em amostras abrangentes) (Zipf, 1949). Ao analisar a obra “Ulisses” de James Joyce, Zipf identificou uma correlação entre o número de palavras distintas e a frequência de seu uso. Concluindo que existe uma regularidade fundamental na seleção e uso das palavras, sendo notável que um reduzido número de palavras é empregado com muito mais frequência do que as demais (Araújo, 2006).

A aplicação das leis propostas se deu após a leitura dos 116 artigos os autores mais produtivos (Lei de Lotka); os periódicos que mais publicaram sobre a temática (Lei de Bradford); e as principais abordagens que cobrem o tema (Lei de Zipf). Juntamente com os registros originais, as informações resultantes foram compiladas na planilha eletrônica e os resultados são apresentados a seguir.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise quantitativa, ao se aplicar a Lei de Lotka observou-se que uma parte

expressiva da produção literária científica é originada por um número reduzido de autores, enquanto um grande contingente de pequenos produtores iguala - em termos de produção-, o limitado número de grandes produtores, destacando a presença de uma desigualdade pronunciada na contribuição para a produção científica (Araújo, 2006).

Abaixo apresenta-se a distribuição da produtividade autoral nos artigos brasileiros sobre judicialização da saúde (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição da produtividade dos autores segundo a Lei de Lotka

Nº DE ARTIGOS	Nº DE AUTORES OBSERVADOS	% OBSERVADA
1	483	81,18%
2	67	11,26%
3	26	4,37%
4	8	1,34%
5	5	0,84%
6	2	0,34%
9	1	0,17%
10	1	0,17%
12	2	0,34%
TOTAL	595	100,00%

Fonte: Os autores (2026), base SciELO.

Identificaram 595 autores, dos quais a maioria (81,18%) publicou apenas um artigo sobre a temática no período analisado, enquanto 11,26% publicaram dois artigos e 4,37% três. Apenas uma parcela reduzida dos autores concentrou maior produtividade, com 3,03% apresentando quatro ou mais publicações. Esse padrão evidencia elevada dispersão autoral e baixa recorrência de publicação individual, característica frequentemente observada em campos de investigação interdisci-

plinares e em temáticas que atravessam diferentes áreas do conhecimento. Entre os autores mais produtivos, destaca-se Andrade, Eli Iola Gurgel, com seis artigos publicados, seguido por Delduque, Maria Célia, com quatro artigos, indicando a existência de um núcleo restrito de pesquisadores com maior continuidade na produção científica sobre a judicialização da saúde no Brasil.

De modo geral, os resultados indicam uma distribuição de produtividade condizente com o padrão descrito pela Lei de Lotka, marcada pela predominância de autores ocasionais e pela concentração relativa da produção em poucos pesquisadores, sem que se observe uma elite autoral altamente consolidada. Tal configuração reforça o caráter transversal e multidisciplinar do tema no contexto da produção científica nacional.

Com base na segunda lei bibliométrica, Lei de Bradford, identificou-se os periódicos usados como fontes de dados e a compreensão de qual periódico científico mais publica relacionadas à judicialização da saúde no contexto brasileiro. Os 116 artigos analisados foram publicados em 43 periódicos científicos distintos, evidenciando elevada dispersão da literatura. A Tabela 2 apresenta a frequência de artigos nos 10 primeiros periódicos (59,48% do total).

Tabela 2 - Periódicos mais produtivos (topo da distribuição)

PERIÓDICO	Nº DE ARTIGOS	%	% ACUMULADA	ZONAS
Saúde em Debate	19	16,38%	16,38%	32,76%
Ciência & Saúde Coletiva	11	9,48%	25,86%	
Saúde e Sociedade	8	6,90%	32,76%	
Revista Bioética	5	4,31%	37,07%	26,72%
Physis: Revista de Saúde Coletiva	5	4,31%	41,38%	
Revista de Saúde Pública	5	4,31%	45,69%	

PERIÓDICO	Nº DE ARTIGOS	%	% ACUMULADA	ZONAS
Revista Direito e Práxis	4	3,45%	49,14%	26,72%
Revista Direito GV	4	3,45%	52,59%	
Cadernos de Saúde Pública	4	3,45%	56,03%	
Revista Internacional CONSINTER de Direito	4	3,45%	59,48%	
Outras	47	40,52%	100,00%	40,52%
TOTAL	116			100,00%

Fonte: Os autores (2026), base SciELO.

Observa-se que um núcleo reduzido de periódicos na Zona 1 (3 periódicos) concentra 32,76% da produção total (38/116 artigos), com destaque para Saúde em Debate (19 artigos), seguido por Ciência & Saúde Coletiva (11 artigos) e Saúde e Sociedade (8 artigos). Esses periódicos configuram o núcleo central de publicações sobre a temática no contexto brasileiro.

Na Zona 2, identificam-se sete periódicos com produtividade intermediária, responsáveis por 31 artigos (26,72% do total), indicando ampliação da disseminação do tema para diferentes áreas do conhecimento, como Saúde Pública, Direito, Ciências Sociais e Bioética. Já a Zona 3, composta por 33 periódicos que publicaram um ou dois artigos cada, totalizou 47 artigos (40,52%), evidenciando forte dispersão temática e interdisciplinar. Esse padrão apresenta comportamento compatível com o descrito pela Lei de Bradford, segundo a qual um conjunto restrito de periódicos concentra parcela significativa da produção científica, enquanto um número crescente de periódicos apresenta menor produtividade individual. Tal configuração reflete o caráter transversal da judicialização da saúde, que perpassa diferentes campos científicos e editoriais.

A revista Saúde em Debate, se destaca como periódico de maior concentração na

mostra. Fundada em 1976 e vinculada ao Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), foca na difusão de estudos sobre saúde coletiva, com ênfase em políticas, gestão e avaliação em saúde. Seu escopo editorial explica sua centralidade na judicialização da saúde, características que interligam políticas pública, gestão do sistema de saúde e garantia de direitos.

A aplicação da Lei de Zipf possibilitou identificar os termos mais frequentes nas palavras-chave dos artigos analisados. Na Tabela 3, observa-se a predominância do termo *“judicialização da saúde”*, seguido por expressões diretamente associadas ao direito à saúde, ao Sistema Único de Saúde e ao acesso a medicamentos. A recorrência desses termos indica a centralidade das dimensões jurídico-institucional, assistencial e de políticas públicas na produção científica brasileira sobre o tema, evidenciando a natureza interdisciplinar do campo.

Tabela 3 – Termos mais utilizados como indexadores dos artigos sobre judicialização da saúde

RANKING	PALAVRAS-CHAVE	FREQUÊNCIA
1º	Judicialização da saúde	54
2º	Direito à saúde	22
3º	Sistema Único de Saúde	19
4º	Saúde pública	7
5º	Assistência farmacêutica	7
6º	Judicialização	6
7º	Direitos humanos	6
8º	Poder Judiciário	4
9º	Acesso a medicamentos	4

Fonte: Os autores (2026), base SciELO.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo bibliométrico caracterizou a produção científica brasileira sobre a judicialização da saúde no período de 2010 a 2025, evidenciando padrões de autoria, dispersão dos periódicos e recorrência temática. A aplicação das Leis de Lotka, Bradford e Zipf revelou um campo de investigação onde predomina autores ocasionais, a concentração relativa da produção em um núcleo restrito de periódicos da área da saúde coletiva e do direito, e a centralidade de termos associados ao direito à saúde, ao Sistema Único de Saúde e ao acesso a medicamentos.

Os resultados indicam que a judicialização da saúde é tema transversal e interdisciplinar, situado na interface entre saúde pública, direito e políticas públicas, revelado tanto na diversidade de periódicos quanto na heterogeneidade das abordagens temáticas. A ausência de uma elite autoral amplamente consolidada e a elevada dispersão dos periódicos sugerem que o debate permanece em expansão e aberto a múltiplas perspectivas analíticas.

Como limitação do estudo, destaca-se o uso de uma única base de dados e a adoção de um descritor específico, o que pode restringir a abrangência da produção analisada. Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo para bases internacionais e incorporem análises qualitativas de conteúdo, a fim de aprofundar a compreensão dos enfoques teóricos, metodológicos e dos impactos da judicialização da saúde sobre a gestão e a efetividade do SUS.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo fomento que viabilizou a pesquisa apresentada.

REFERÊNCIAS

ANJOS, E. C. dos S.; RIBEIRO, D. da C.; MORAIS, L. V. Judicialização da saúde: uma revisão sistemática de literatura das iniciativas de diálogo institucional interseccional. **Cad. Ibero-Am. Direito Sanit.**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 113–128, 2021. DOI: [10.17566/ciads.v10i1.640](https://doi.org/10.17566/ciads.v10i1.640). Acesso em: 20 fev. 2026.

ARAÚJO, C. A. Á. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11–32, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRADFORD, S. C. Documentation. London, Crosby Lockwood; Washington, 1953. CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M.. Métodos de sistematização de literatura em estudos científicos: bibliometria, meta-análise e revisão sistemática. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 284–292, 2022. DOI: [10.18568/internext.v17i2.704](https://doi.org/10.18568/internext.v17i2.704) . Acesso em: 20 fev. 2026.

GIBBON, C. de A.; NEUBERT, P. da S.; DIAS, T. M. R. A publicação latino-americana sobre Ciência Aberta: análise dos periódicos científicos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 24, p. e026009, 2025. DOI: [10.20396/rdbci.v24i00.8680844](https://doi.org/10.20396/rdbci.v24i00.8680844). Acesso em: 20 fev. 2026.

LOTKA, A. J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**, Washington, v. 16, n. 12, p. 317–323, 1926.

TAVARES, A. I.; ASENSI, F.D.; SOUZA, T. O. de.; NASCIMENTO, F. T. M. do.; SILVA, Í. R. A judicialização da saúde no Brasil sob as lentes do modelo paradigmático de Strauss e Corbin: uma análise bibliométrica. **Cad. Ibero-Am. Direito Sanit.**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 153–175, 2021. DOI: [10.17566/ciads.v10i4.760](https://doi.org/10.17566/ciads.v10i4.760). Acesso em: 20 fev. 2026.

ZIPF, G. K. **Human behavior and the principle of least effort**. Cambridge: Addison-Wesley, 1949.